

Escola de
ECONOMIA
de São Paulo

**Textos para
Discussão**

157

Dezembro
de 2006



**O CONCEITO HISTÓRICO
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA



Os artigos dos *Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas* são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da FGV-EESP. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que creditada a fonte.

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP
www.fgvsp.br/economia

CONCEITO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Versão de 24 de fevereiro 2007.

Resumo. O desenvolvimento ou crescimento econômico é visto como um fenômeno histórico – como resultado da revolução capitalista, e, conseqüentemente, da revolução comercial, da industrial e, no meio delas, da revolução nacional. Está intrinsecamente relacionado com o surgimento das nações e dos Estados-nação. No capitalismo global, no qual a competição econômica entre os países é central, implica estar no lado vencedor. É um processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade e dos salários. Tratando-se de um processo histórico, deve ser estudado empiricamente, não hipotético-dedutivamente como fazem os economistas neoclássicos, nem normativamente. A teoria econômica prevê que os países em desenvolvimento realizarão o *catch up*, mas isso só será verdade se eles não forem dependentes ideologicamente dos países ricos, se demonstrarem capazes ter a instituição fundamental para o desenvolvimento econômico: uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Palavras-chave: desenvolvimento nação Estado-nação investimento progresso técnico

Abstract. Economic growth or economic development is seen as a historical phenomenon – as the outcome of the capitalist revolution, and, so, of the commercial, the industrial and, also, the national revolution. It is intrinsically related to the rise of the nations and the nation-states. In global capitalism, where economic competition among nation-states is central, it implies to be in winner side of it. It is a historical process of capital accumulation and incorporation of technological progress to work and capital which leads to increasing productivity and increasing wages. Being a historical process, it must be studied empirically, not hypothetical-deductively as do neoclassical economists, nor normatively. Economic theory predicts that developing countries will catch up, but this will be only true if they are not ideologically dependent of the rich nations, and prove able to develop the key institution to growth: a national growth strategy.

Key-words: economic development nation nation-state investment technical progress

Classificação JEL: O10 N 01 N10

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou Estados-nação que realizam sua revolução capitalista; é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em conseqüência, dos salários e dos

padrões de consumo de uma determinada sociedade. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático ou auto-sustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos. Isto não significa, porém, que as taxas de desenvolvimento serão iguais para todos: pelo contrário, variarão substancialmente dependendo da capacidade das nações de utilizarem seus respectivos Estados para formular estratégias nacionais de desenvolvimento que lhes permitam serem bem sucedidas na competição global. No longo prazo, o desenvolvimento econômico dificilmente regride, porque a acumulação de capital e o progresso técnico em uma economia tecnologicamente dinâmica e competitiva, como é a capitalista, passam a ser uma condição de sobrevivência das empresas, mas as taxas de crescimento econômico são tão díspares que a sorte econômica dos Estados-nação está longe de estar assegurada, e a decadência relativa, como aquela que ocorreu em todo o século vinte na Argentina, ou que vem acontecendo no Brasil desde 1980, é sempre uma possibilidade.

O capitalismo é um sistema econômico coordenado pelo mercado, no qual empresas e Estados-nação competem a nível mundial, e o desenvolvimento econômico pode ser entendido como o sucesso nessa competição; dificilmente se poderá falar em desenvolvimento econômico se o país estiver crescendo a taxas substancialmente mais baixas que seus concorrentes. Foi só com a globalização e a abertura de todos os mercados que essa concorrência se tornou clara, mas desde a revolução capitalista o desenvolvimento econômico se tornou um objetivo político central das nações, de forma que o governo de um Estado só estará realmente sendo bem sucedido se estiver alcançando taxas razoáveis de crescimento.

Historicamente, o agente por excelência do desenvolvimento econômico é a nação – é a sociedade nacional dotada de um destino comum que logra controlar um território e se dotar de um Estado. O fator principal a determinar o bom êxito do desenvolvimento econômico é a existência ou não de uma nação capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição. Na medida em que uma sociedade nacional se revela suficientemente coesa ou solidária quando se trata de competir internacionalmente, ela saberá aproveitará melhor seus próprios recursos para crescer: seus recursos naturais e principalmente humanos. Quando uma economia está em pleno processo de crescimento, é sinal de que provavelmente existe uma

estratégia nacional de desenvolvimento por trás, é sinal que seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando de forma consertada na competição econômica com as demais nações. Quando uma economia começa a crescer muito lentamente, senão a estagnar, é sinal de que sua solidariedade interna está em crise, que a nação perdeu coesão e se esgarçou, e, portanto, que já não conta com os elementos necessários para que se mantenha competitiva.

É comum entre os economistas da teoria do desenvolvimento econômico pensar o desenvolvimento do ponto de vista apenas da oferta. De acordo com essa perspectiva, o crescimento da produtividade de um país depende, no longo prazo, da acumulação do capital humano, ou seja, da melhoria dos níveis de saúde, educação e competência técnica da população, e da acumulação de capital físico a ser operado por essa mão-de-obra cada vez mais qualificada – um capital físico que permite ampliar ou multiplicar a produção por trabalhador. Do lado da oferta, portanto, o desenvolvimento econômico ocorre historicamente com a melhoria técnica dos trabalhadores, o surgimento de empresários que investem e inovam, e, em um segundo momento, de uma classe média profissional que detém o conhecimento técnico, organizacional, e comunicativo, e que, na medida em que alguns dos seus membros vão se transformando em empresários, se mostram cada vez mais capazes de criar empregos de alto valor adicionado per capita com pouco capital e muito conhecimento.

É preciso, entretanto, pensar o desenvolvimento econômico também em termos de demanda, já que o capital humano precisa de emprego para se transformar em produção. Esta demanda é garantida, essencialmente, pelo investimento ou acumulação de capital (que, portanto, opera tanto do lado da oferta quanto da demanda) e pelo emprego que essa acumulação cria. Para que haja investimento são necessárias uma taxa de lucro esperada satisfatória para os empresários, e uma taxa de juros moderada, de forma que o diferencial entre as duas taxas seja também satisfatório. A taxa de lucro satisfatória, por sua vez, depende da existência de economias externas entre os diversos investimentos que estão ocorrendo (teoria do *big push*) e, mais amplamente, de uma taxa de câmbio competitiva que torne rentável o investimento e portanto o emprego dos recursos humanos existentes na produção de bens comercializáveis internacionalmente. Para isso é essencial que os países em desenvolvimento sejam capazes de enfrentar e superar a tendência à sobre-avaliação da taxa de câmbio que é comum a todos eles.

Essa tendência decorre da entrada de capitais de empréstimo ou de risco no país, que endivida o país e geralmente acaba financiando o consumo e provocando a substituição da poupança interna pela externa, e da doença holandesa, que é um problema mais grave, porque, enquanto o crescimento com poupança externa tem um limite no endividamento excessivo do país, a doença holandesa inviabiliza os investimentos em atividades com maior valor adicionado per capita indefinidamente já que é compatível com o equilíbrio no longo prazo da conta corrente do país.¹ Além de determinada pelos investimentos, a demanda determinada pelo consumo, que, por sua vez, depende principalmente dos salários. Na medida em que ocorre crescimento econômico, a taxa de salários ou salário médio tende a crescer proporcionalmente ao aumento da produtividade, enquanto a taxa de lucro permanece constante.² Durante alguns períodos, quando ocorre concentração ou desconcentração de renda, as duas taxas se desvinculam, mas no longo prazo elas estão fortemente correlacionadas – a ponto de podermos dizer que desenvolvimento econômico é historicamente aumento de salários. Isto, naturalmente, não permite supor, como é comum em um certo tipo de literatura, que uma política de aumento dos salários resolverá o problema da demanda agregada. Isto é populismo econômico, da mesma forma que a suposição inversa de que são salários altos que estão impedindo o desenvolvimento econômico é geralmente mera expressão de conservadorismo econômico. No processo histórico do desenvolvimento econômico os salários tendem a crescer sem prejudicar a taxa de lucro média, a qual, embora sempre flutuando, permanece em nível satisfatório para os investidores. Se a taxa de lucro se torna satisfatória demais, teremos provavelmente desaceleração econômica provocada pelo

¹ A poupança externa, ao apreciar a taxa de câmbio dos países que recebem os investimentos ou financiamentos, implica em aumento do consumo, e geralmente uma levada taxa de substituição da poupança interna pela externa. Já a doença holandesa, ao fazer a taxa de câmbio convergir para o custo marginal de um recurso natural relativamente muito barato, inviabiliza a produção no país de bens com maior valor adicionado per capita. Sobre a poupança externa, ver Bresser-Pereira, 2002; Bresser-Pereira e Nakano, 2003; Bresser-Pereira e Gala, 2007; sobre a doença holandesa, Bresser-Pereira, 2007a; 2007 c.

² Mais precisamente, se assumirmos de forma razoavelmente realista que a taxa de lucro é constante no longo prazo, a taxa de salários cresce proporcionalmente ao aumento da produtividade quando o progresso técnico é neutro (relação produto-capital constante), cresce menos do que a produtividade quando o progresso técnico é dispendioso de capital, e mais do que a produtividade, quando é poupador de capital (Bresser-Pereira, 1986, 2004).

subconsumo, se de menos, desaceleração causada pelo sub-investimento. Não há desenvolvimento econômico sem lucro e investimento, e dificilmente ele pode acontecer sem um certo grau de desigualdade e de consumo de luxo, mas, a não ser em períodos curtos, não é possível orientar a produção exclusivamente para a produção dos bens de capital e para os bens de consumo sofisticado e deixar os trabalhadores reduzidos à sobrevivência: historicamente o que se observa é o aumento dos salários e da demanda de bens de consumo pelos assalariados na proporção do aumento da renda per capita.

O desenvolvimento econômico é um processo de aumento do capital humano, ou seja, dos níveis de educação, saúde e competência técnica dos trabalhadores, e da transferência dessa força de trabalho para setores com maior conteúdo tecnológico que implicam em salários mais elevados. Enquanto os capitalistas, embora buscando lucros e crescimento, se contentam com uma taxa de lucro satisfatória que os incentiva a reinvestir, o aumento dos salários e ordenados não tem limite: pode crescer indefinidamente com a produtividade. É esse fato, que a história do desenvolvimento capitalista tem registrado, que possibilita a convivência do conflito com a solidariedade social, e garante a estabilidade do sistema político. No curto prazo, todos os agentes econômicos buscam seus interesses, e os mais fortes prevalecem, mas no longo prazo, e não mais em termos de indivíduos, mas de classes de pessoas – trabalhadores, profissionais, capitalistas rentistas, capitalistas empresários – a proporcionalidade entre os rendimentos tende a prevalecer. Para isso, as demandas dos trabalhadores por maiores salários e maior democracia é importante, mas a própria dinâmica do sistema se encarrega de manter um relativo equilíbrio no longo prazo. O desenvolvimento econômico é fruto do sistema capitalista injusto e desequilibrado no curto prazo, mas dinâmico e eficiente, que é coordenado pelo Estado enquanto organização e principalmente enquanto conjunto de instituições entre as quais o mercado é a principal. É fruto histórico de uma estrutura econômica e social em permanente transformação, que começou como um capitalismo da burguesia e do capital físico, mas hoje é cada vez mais um capitalismo dos profissionais e do capital humano ou do conhecimento.

Neste trabalho vou examinar o desenvolvimento ou o crescimento econômico como fenômeno histórico. Embora compreenda a insistência de muitos autores em distinguir desenvolvimento de crescimento, porque o primeiro seria normativamente bom, ou porque

envolveria mudanças estruturais na economia e na sociedade, enquanto que o crescimento da renda por habitante simplesmente, não, o único caso em que o crescimento da renda per capita não implica mudanças estruturais compatíveis é dos países produtores de petróleo (Bresser-Pereira, 2007b). Por outro lado, embora seja necessário analisar de um ponto de vista moral ou valorativo um processo histórico, e reconhecer que alguns processos de desenvolvimento econômico são acompanhados no curto prazo por desenvolvimento social (melhoria na distribuição) e político (avanço da democracia), o fato de durante certos períodos isto não ocorrer não descaracteriza o processo de crescimento como de desenvolvimento econômico. Na primeira seção, buscarei mostrar como é esse processo histórico que surge com a revolução capitalista e a organização do mundo em estados-nação; quando uma nação logra se afirmar como tal na medida em que estabelece um Estado capaz de coordenar as ações de uma população em determinado território, forma-se o Estado-nação e o desenvolvimento econômico torna-se realidade. Na segunda seção veremos como a sociedade, embora dividida por classes, se une sob a forma de nação e define uma estratégia nacional de desenvolvimento para competir internacionalmente. Na seção três vejo o desenvolvimento econômico como um desafio para os países de renda média como o Brasil, que, segundo a previsão da teoria econômica, devem realizar o *catch up* graças a sua mão-de-obra barata, mas são vistos como ameaça pelos países ricos; estes oferecem aos primeiros conselhos e pressões consubstanciados na ortodoxia convencional. Finalmente, na seção quatro, examino as estruturas sociais, as culturas, e as instituições que servem de apoio ou de obstáculo ao desenvolvimento econômico.

1.1.1.1 Revolução capitalista e Estado-nação

O desenvolvimento econômico ocorre no quadro da revolução capitalista, a partir da formação dos modernos Estados-nação ou Estados nacionais. A revolução capitalista é a transformação tectônica por que passou a história, na medida em que as ações deixavam de ser coordenadas principalmente pela tradição e a religião para o serem pelo Estado e o mercado, através do qual o Estado moderno passava a definir as instituições formais, as leis e políticas públicas, e a regular a instituição socialmente construída de competição que é o mercado. O desenvolvimento econômico se constitui em realidade histórica no bojo da revolução capitalista que dará origem às idéias modernas de nação, Estado e Estado-nação. Os impérios egípcio, romano e chinês foram

prósperos por muitos séculos, mas jamais conheceram o que chamamos de desenvolvimento econômico, porque este é um processo histórico que nasce dos esforços das nações de se dotarem de um território e de um Estado, constituindo-se, assim, em um Estado-nação, e porque envolve conceitos como os de acumulação de capital e lucro, trabalho assalariado e consumo, de inovação e de produtividade, que só fazem sentido a partir do capitalismo.

Para que isto se compreenda melhor é preciso definir com mais clareza alguns conceitos da teoria política que estou utilizando – nação, sociedade civil, Estado, e Estado-nação – porque têm significados diferentes. Em cada Estado-nação ou Estado nacional teremos uma nação ou sociedade civil e um Estado. Entende-se aqui por nação uma sociedade politicamente organizada que compartilha um destino comum, logra dotar-se de um Estado e de um território, e tem como principais objetivos a segurança e o desenvolvimento econômico; por sociedade civil a sociedade politicamente organizada que se motiva principalmente pela garantia dos direitos civis e dos direitos sociais; por Estado, a ordem constitucional-legal e a organização ou aparelho formado de políticos e burocratas que definem e garantem essa ordem; por Estado-nação, a unidade político-territorial soberana formada por uma nação, um Estado e um território. Dessa forma, embora seja comum falar-se em Estado como sinônimo de Estado-nação, estamos distinguindo os dois termos. O Estado tem uma dupla natureza: é ao mesmo tempo uma instituição organizacional – a entidade com capacidade de legislar e tributar uma determinada sociedade –, e uma instituição normativa – a própria ordem jurídica ou o sistema constitucional-legal. Em cada Estado-nação o Estado é o instrumento de ação coletiva que a nação usa para promover seus objetivos políticos. É comum usarem as expressões ‘Estado’ e ‘nação’ como sinônimas de ‘Estado-nação’, mas evitarei essa prática. Nação e sociedade civil são termos muito semelhantes, porque indicam a sociedade politicamente organizada fora do Estado. Entretanto, enquanto pensada como ‘sociedade civil’, essa sociedade defenderá as liberdades e depois a justiça social; enquanto pensada como ‘nação’, essa sociedade será ciosa de sua soberania, será nacionalista, e promoverá o desenvolvimento econômico. Tanto no caso da nação quanto da sociedade civil, o poder dos cidadãos será ponderado por seu dinheiro, seu conhecimento e sua capacidade de organização, mas a nação tem geralmente uma conotação política mais abrangente ou mais popular do que a

sociedade civil.³ Neste breve esforço de definir palavras, temos ainda o mercado e o dinheiro. O mercado é a instituição e o mecanismo que, através da competição, coordena a divisão do trabalho e a alocação dos recursos produtivos. Os mercados existiram antes dos Estados nacionais, mas os mercados modernos são socialmente construídos: são organizados e regulados pelos Estados-nação a nível nacional e internacional. O dinheiro, finalmente, é a instituição que serve de meio de troca e reserva de valor para que o mercado possa funcionar. Nesse quadro, o Estado é a matriz das demais instituições formais de um Estado-nação; os mercados e o dinheiro são as duas instituições econômicas por excelência que viabilizam o objetivo econômico das nações: o desenvolvimento econômico. Portanto, quando se fala em capitalismo, em nação e Estado-nação, em Estado e mercado, está-se falando também em desenvolvimento econômico, porque esses conceitos estão intrinsecamente relacionados.

Para que a revolução capitalista pudesse se desencadear, a partir do século XII, na Europa, foi necessário que primeiro houvesse uma transformação técnica fundamental da agricultura, que, até o século XI, estava limitada quase exclusivamente a terras de aluvião; foi o uso de arados com lâminas de ferro e outras ferramentas capazes de cortar terras duras que viabilizou a exploração das terras altas e férteis da Europa (Landes, 1999: 41). Só graças a esse progresso técnico decisivo foi possível produzir o excedente econômico necessário para que trabalhadores pudessem ser transferidos para o comércio e a indústria – e também para que pudessem ser construídas as grandes catedrais góticas, quase todas datadas do século XII. Celso Furtado (1961), usando com liberdade conceitos de Marx e de Weber, propôs que a idéia do desenvolvimento econômico se constituiu em dois momentos históricos e está intimamente relacionada com o processo de racionalização que caracterizará o mundo moderno. Em um primeiro momento, a racionalidade se revela pelo objetivo econômico definido com clareza (o lucro), e pela adoção da acumulação de capital como meio de atingi-lo. Esse é o momento da Revolução Comercial: o excedente originado do aumento da produtividade agrícola foi

³ Observe-se que estou usando aqui a expressão 'sociedade civil' em seu sentido clássico. Modernamente essa expressão tem sido confundida com 'organizações da sociedade civil', cuja presença aumentou muito nas sociedades atuais. Estas organizações públicas não-estatais de advocacia ou controle político são, sem dúvida, importantes em ampliar a democratização da sociedade civil.

inicialmente investido em catedrais, palácios, e no comércio de bens de luxo, que deu origem à Revolução Comercial e ao surgimento das cidades-Estado burguesas do Norte da Itália, da Alemanha e dos Países Baixos. Em um segundo momento, com a Revolução Industrial, a racionalidade se expressa em um meio mais especificamente racional de alcançar o lucro além da acumulação de capital: a incorporação de progresso técnico, que, devido à sua própria aceleração e à competição crescente, tornava-se condição de sobrevivência das empresas. Em outras palavras, o que hoje chamamos de desenvolvimento econômico configurava-se pela primeira vez historicamente. E definia-se a estratégia principal para alcançá-lo: o investimento inovador.

Entretanto, nessa análise histórica faltava uma terceira transformação fundamental que ocorreu entre as duas citadas ou conjuntamente com a última: a revolução nacional, ou seja, a formação dos Estados nacionais. É a partir do momento em que as nações se dotam de Estados e formam Estados-nação que o desenvolvimento econômico se viabiliza. Enquanto os impérios eram a forma por excelência de organização política territorial da antiguidade, os Estados-nação o serão nos tempos modernos ou capitalistas. Enquanto o poder imperial limitava-se a cobrar impostos da colônia, deixando intactas sua organização econômica e sua cultura, os Estados-nação estão diretamente envolvidos na competição internacional por maior poder e maiores taxas de crescimento. Para isso, buscam homogeneizar sua cultura, dotando-se de uma língua comum, para, através da educação pública, poder garantir que padrões crescentes de produtividade sejam compartilhados por toda a população (Gellner, 1993); e os respectivos governos passam a ser os condutores do processo de desenvolvimento econômico através da definição de instituições que estimulem o investimento, da adoção de políticas macroeconômica que garantam a estabilidade de preços, taxas de juros moderadas e taxas de câmbio competitivas, e de políticas industriais que favoreçam as empresas nacionais na concorrência internacional. Através do demorado processo de institucionalização política e econômica que é o da formação do Estado-nação, empresários, burocratas do Estado e políticos assumem o papel de grupos sociais chave no processo da definição de estratégias nacionais de desenvolvimento. Ao nível das empresas, são os empresários que irão fazer a diferença através da atividade inovadora (Schumpeter, 1911). Empresários, políticos, classe média profissional pública e privada, e trabalhadores formam a nação – a sociedade politicamente orientada que compartilha um destino comum – que, ao lograr

se dotar de um Estado e de um território, forma o Estado-nação. A constituição dos Estados nacionais, inicialmente na Inglaterra e na França, e, portanto, de mercados seguros para os empresários investirem na indústria foi, por sua vez, a condição da revolução industrial naqueles países e, depois, nos Estados Unidos. A industrialização se confunde então com o próprio desenvolvimento econômico na medida em que será a forma pela qual as sociedades aumentarão decisivamente seu valor adicionado per capita transferindo mão-de-obra da agricultura. Para que a industrialização ocorresse em cada país, não bastava que a região estivesse organizada em cidades-Estado burguesas, como era próprio do comércio de longa distância que prosperou durante a revolução comercial; foi necessária a formação concomitante dos grandes Estados-nação com seus grandes mercados nacionais.

Formados os modernos Estados-nação, seus respectivos Estados ou regimes políticos assumiram, sucessivamente, três grandes formas históricas. Em uma primeira fase, no Estado Absoluto, os governos estavam formando seus Estados nacionais; estavam, portanto, voltados principalmente para a defesa contra o inimigo externo e a manutenção da ordem. Mas mesmo nessa época a preocupação com a economia por parte dos grandes reis mercantilistas foi decisiva para o desenvolvimento econômico dos seus países. Em seguida, quando, nos países mais avançados em sua revolução capitalista, aqueles objetivos começaram a ser razoavelmente assegurados, a nova classe burguesa logra que o Estado deixe de ser aristocrático e absoluto: entramos na fase do Estado Liberal que garante os direitos civis ou as liberdades; estávamos então no século dezanove, quando se falava insistentemente em retirar o Estado da economia, mas este continuava a ter um papel chave no desenvolvimento econômico. No século vinte, quando os pobres e as classes médias finalmente conquistam a democracia, o desenvolvimento econômico e o princípio do império da lei continuam centrais, mas agora define-se uma nova forma do Estado, o Estado Democrático e Social que de um lado garante o direito de votar e ser eleito e de outro passa a ter como objetivo político adicional uma distribuição de renda mais equitativa. O Estado que Marx conheceu – o Estado Liberal do século dezanove – era, sob muitos aspectos, “o comitê executivo da burguesia”. No século vinte já não é mais. O Estado, seu aparelho e sua ordem jurídica, não são a mais simples forma de exercício do poder pelas classes dirigentes; são também instrumentos de emancipação social (Souza Santos, 2004). Cabe ao

Estado e a seu governo, em cada momento, estabelecer o delicado equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, entre lucros e salários, entre investimentos e despesas sociais. São alternativas não excludentes, que muitas vezes se somam, mas que, com a mesma frequência, se opõem.

As três revoluções da revolução capitalista darão origem às economias capitalistas ou economias de mercado. Os mercados que antes eram locais transformam-se em mercados nacionais, e pouco a pouco começam a ganhar caráter internacional. Conforme assinala Polanyi (1944), não houve nada de natural na passagem dos mercados locais para os nacionais: essa transição ocorreu como o resultado de estratégias políticas nacionais que de um lado institucionalizaram a competição mostrando o caráter socialmente construído dos mercados, e de outro levaram à formação dos modernos Estados-nação. Através da definição de fronteiras seguras, os Estados nacionais modernos estavam criando as condições necessárias para que uma burguesia industrial originária da burguesia comercial se constituísse a partir da revolução industrial inglesa, e passasse a investir e incorporar progresso técnico de forma sistemática e competitiva ao trabalho e aos meios de produção. Os antigos comerciantes investiam no mercado de longa distância, mas a riqueza que daí provinha era eminentemente instável. Em seguida eles começam a investir em manufaturas, mas seu investimento era ainda limitado, continuando a produção a se organizar de forma tradicional, e os mercados a serem ainda essencialmente de longa distância. Já o investimento na indústria, que ocorre a partir da revolução industrial, envolvia custos pesados que só podiam se justificar no quadro de um grande mercado assegurado pelo respectivo Estado-nação. Daí o interesse das burguesias em se associar aos monarcas absolutos na constituição dos primeiros Estados-nação.

O desenvolvimento econômico é assim um fenômeno histórico que ocorre no quadro da revolução capitalista, relacionado, de um lado, com o surgimento das nações e a formação dos Estados-nação, e, de outro, com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital. Seus benefícios são imediatamente reconhecidos, primeiro pela própria burguesia, que é inicialmente a maior beneficiada; em um segundo momento, já no século XX, quando a produção deixa de se realizar principalmente em unidades familiares para se realizar em organizações empresariais, a importância do desenvolvimento econômico é aceita

pela nova classe média profissional que surge então; e finalmente, quando os regimes democráticos, ainda nesse século, começam a se consolidar e ganhar substância, o desenvolvimento econômico passa a ser também um objetivo dos trabalhadores na medida em que passam também a participar do excedente econômico produzido.

1.1.1.2 Nação, classes, ideologias

A revolução capitalista deu origem a três novas classes sociais: em um primeiro momento, aquele que Marx conheceu, à burguesia e aos trabalhadores assalariados, e depois, já no século XX, à classe média profissional ou tecnoburocrática. Entre elas, a burguesia ou classe capitalista assume naturalmente o papel de classe dirigente, e as duas ideologias que dela vão nascer são ao mesmo tempo complementares e contraditórias: o nacionalismo, ou a ideologia da formação do Estado-nação, e o liberalismo, a ideologia das liberdades de comercializar e de não ser molestado em sua autonomia individual. Essas três classes estão engajadas permanentemente dentro de cada Estado-nação em um processo dialético de conflito e cooperação que está relacionado com essas duas ideologias: o conflito é interno e se dá pela distribuição interna do excedente, e a cooperação, para a construção de um Estado-nação autônomo, é capaz de garantir a acumulação de capital e o êxito na competição internacional. Como acontece sempre que a competição interna é recorrente envolvendo os mesmos adversários, ela implica em cooperação. Embora divididos entre direita e esquerda, entre capitalistas e socialistas, a cooperação entre os cidadãos será essencial para que possam atingir os objetivos políticos comuns de segurança, desenvolvimento econômico, liberdade, justiça social e proteção do meio-ambiente, porque é a solidariedade que define uma nação.

A experiência histórica demonstra que, para que um país possa se desenvolver, para que possa haver uma estratégia nacional de desenvolvimento, é essencial que haja uma nação forte apoiada em um grande acordo entre as classes quando se trata de competir internacionalmente. Na América Latina, tanto a ‘teoria da dependência associada’ quanto a ‘teoria da dependência e superexploração’ foram fruto de grave equívoco: os intelectuais de esquerda, ressentidos com os golpes militares dos anos 1960, decidiram que na região não havia nem poderia haver uma ‘burguesia nacional’, e assim enfraqueceram suas nações e levaram suas economias à quase-

estagnação nos últimos 25 anos. Sem uma burguesia nacional, ou seja, sem empresários comprometidos com o desenvolvimento econômico do país, e sem intelectuais, técnicos e trabalhadores nacionais, igualmente voltados para os interesses nacionais, não é possível se falar em nação e em estratégia nacional de desenvolvimento. O conflito de classes é inerente ao desenvolvimento econômico, como o é também a solidariedade social na construção da nação. O conflito está limitado de um lado pela necessidade de uma taxa de lucro satisfatória e razoavelmente segura para os empresários, de outro, pela lógica do crescimento dos salários de forma aproximadamente proporcional ao aumento da produtividade.

O desenvolvimento econômico ocorre acompanhado por três ideologias: o liberalismo, o nacionalismo e o socialismo. Enquanto as sociedades agrárias eram coordenadas pelas instituições e pelo poder político, as sociedades capitalistas que nascem do desenvolvimento econômico são também, e principalmente, coordenadas pelo mercado. Por isso, para os antigos a sociedade vem antes do indivíduo, enquanto que para os modernos o indivíduo tem precedência. Ideologicamente essa precedência se expressa no liberalismo, que inicialmente é uma ideologia burguesa, mas aos poucos, através do avanço da democracia, ganha maior amplitude social. O liberalismo é a ideologia dos direitos civis ou das liberdades que aos poucos se transforma também em ideologia dos direitos políticos ou democráticos. O socialismo, por sua vez, nasce também do capitalismo, mas como ideologia dos trabalhadores, e se expressa nos direitos sociais. Já o nacionalismo, embora identificado originalmente com a burguesia, porque foi essa a classe que desempenhou o papel decisivo na formação dos Estados-nação, amplia imediatamente a sua abrangência na medida em que é o cimento da nação. O nacionalismo, como o republicanismo, é uma manifestação da unidade da sociedade, da sua existência não como soma de partes, mas como um todo, não como mero fruto de agências individuais, mas ela própria ator social. Estas três ideologias estão em permanente conflito, mas o desenvolvimento econômico só ocorre quando as três são dialeticamente incorporadas ao seu processo histórico e à sua respectiva estratégia.

1.1.1.3 Desenvolvimento nacional-dependente e competição global

O desenvolvimento econômico ocorre por etapas, embora as etapas por que passam os países atrasados do centro desenvolvido sejam diferentes daquelas seguidas pelos países em que a

revolução industrial ocorreu originalmente, e as etapas dos países que foram colônias ou que continuam dependentes ideologicamente sejam ainda mais distintas. Ainda que seja relativamente auto-sustentado, na medida em que a necessidade de sobrevivência das empresas, em um ambiente de rápida transformação tecnológica, não lhes deixa alternativa senão reinvestir seus lucros, o desenvolvimento econômico está sempre sujeito a crises e a eventuais paralisações de longo prazo, como vimos acontecer com a América Latina a partir de 1980. Em alguns momentos ele se acelera, indicando a existência de uma estratégia nacional de desenvolvimento; em outros, entra em semi-estagnação, crescendo muito lentamente, porque a estratégia anterior se esgotou, ou foi neutralizada pelos concorrentes. O desafio que enfrenta cada nação é o de superar essas fases, reunir forças, redefinir a estratégia, e retomar o desenvolvimento econômico.

De acordo com o critério de nível de desenvolvimento econômico, os países hoje estão divididos em países ricos, de renda média, e pobres. Tanto os de renda média como os pobres foram anteriormente colônias, mas enquanto os primeiros superaram parcialmente a sua condição colonial, realizaram a acumulação primitiva necessária à revolução capitalista, e estão tentando realizar suas revoluções nacionais, muitos dos últimos sequer conseguiram estabelecer as bases de uma economia capitalista. Entre os países de renda média é importante distinguir aqueles que lograram ampla autonomia nacional, e aqueles que continuam a enfrentar as contradições e limitações do desenvolvimento nacional-dependente. Na medida em que se trata de um fenômeno histórico, e que envolve a permanente competição entre os Estados-nação para alcançar níveis mais elevados de vida para seus cidadãos, podemos detectar, do ponto de vista do momento em que o desenvolvimento econômico se desencadeia ou a revolução industrial acontece, quatro tipos de desenvolvimento econômico: o ‘desenvolvimento original’, dos países que primeiro se industrializaram (Inglaterra, Bélgica, França e Estados Unidos); o ‘desenvolvimento atrasado’ de países europeus como a Alemanha, a Rússia, a Áustria e a Suécia, e do Japão, que realizaram suas revoluções industriais na segunda metade do século dezanove; o ‘desenvolvimento nacional-dependente’ dos países que foram colônias desde o Século XVI, tornaram-se formalmente independentes, mas continuam a apresentar vários graus de dependência cultural em relação ao centro, como é o caso dos países da América Latina; e finalmente o ‘desenvolvimento autônomo’ dos países que também foram colônias ou se submeteram ao imperialismo no século XIX, mas

lograram a partir da Segunda Guerra Mundial independência e autonomia razoavelmente plena, como é o caso da Coréia, da China ou da Índia. O primeiro tipo de desenvolvimento econômico tem sido estudado por um sem-número de analistas; o segundo teve em Gerschenkron (1962) seu analista pioneiro. Celso Furtado foi provavelmente o economista que melhor analisou o terceiro tipo de desenvolvimento, ao analisá-lo sob um grande número de facetas, ao vê-lo sempre como o resultado de um projeto nacional, e ao definir o subdesenvolvimento não como um simples atraso, mas como a outra face da moeda do desenvolvimento (Furtado, 1961); não aceitou a teoria da dependência, mas não chegou a definir com clareza o ‘desenvolvimento nacional-dependente’ – um processo de desenvolvimento econômico contraditório na medida em que as elites locais, especialmente nos países latino-americanos, são ambíguas e não logram completar a revolução nacional em seus respectivos países – ou seja, não logram criar um Estado-nação com a autonomia necessária para promover seu próprio desenvolvimento econômico (Bresser-Pereira, 2005). De um lado, as sociedades nacional-dependentes são submetidas à permanente hegemonia ideológica dos países ricos, que não estão interessados no desenvolvimento dos países de renda média, mas na neutralização de sua capacidade competitiva internacional; de outro lado, percebem esse fato, e se comportam como elites nacionais que buscam formular estratégias nacionais de desenvolvimento. A expressão ‘nacional-dependente’ é propositalmente um oxímoro para indicar essa ambigüidade intrínseca – uma ambigüidade que, desde a Segunda Guerra Mundial, países como a China ou a Coréia souberam como enfrentar nos termos do seu interesse nacional.

O quadro mundial em que hoje ocorre o desenvolvimento econômico é o da competição global, na qual os países ricos continuam a se desenvolver, mas o *catch up* por parte dos países em desenvolvimento previsto pela teoria econômica é o fenômeno mais relevante. Essa previsão está baseada em duas vantagens na competição internacional: a mão-de-obra barata e a possibilidade de copiar ou comprar tecnologias a um custo relativamente baixo. Entretanto, essa vantagem só logra se transformar em realidade se os países em desenvolvimento, que têm instituições e regimes políticos mais instáveis, lograrem autonomia suficiente para formularem estratégias nacionais de desenvolvimento. Um conjunto de países principalmente asiáticos que foram capazes de conservar sua autonomia nacional vêm aproveitando essa oportunidade que a

globalização comercial acentuou ao lhes abrir mercados para exportar, para os países ricos, bens com crescente conteúdo tecnológico ou valor adicionado per capita. Já os países que seguem um padrão nacional-dependente ficam para trás na grande competição global. Tanto o êxito de uns, quanto o fracasso de outros estão relacionados com sua capacidade de resistir ao pensamento hegemônico vindo do Norte.

Durante muitos séculos, desde que o capitalismo começa a surgir no século XIII até o século XX, esta competição entre os Estados-nação foi acompanhada de guerras, já que as nações não tinham suas fronteiras plenamente definidas, e a abertura de novos mercados se realizava de forma imperialista através da constituição de colônias ou semi-colônias. No século passado, porém, quando as fronteiras entre os principais países capitalistas ficaram bem definidas, as grandes nações deixaram de recorrer à guerra para resolver seus problemas internacionais, reservando-a para intervenções policiais, como a que aconteceu em Kosovo, ou então a aventuras imperialistas fora do tempo como foi a invasão do Iraque em 2003. Por outro lado, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, a idéia de colonizar formalmente outros povos foi afinal abandonada pelos países ricos por haver-se tornado economicamente inviável dada a reação dos colonizados. Por algum tempo, esses países, liderados pelos Estados Unidos, foram relativamente generosos em relação aos países em desenvolvimento. Entretanto, desde o surgimento dos NICs (newly industrialized countries), nos anos 1970, que exportavam manufaturados para os países ricos usando sua mão-de-obra barata, a competição dos países em desenvolvimento passou a ser vista como uma ameaça. Como resposta a essa ameaça, buscaram neutralizar a capacidade competitiva dos países em desenvolvimento através do que denomino de ‘ortodoxia convencional’ – ou seja, oferecendo a esses países uma série de diagnósticos, conselhos e pressões. O principal deles, depois que o uso ideológico da lei das vantagens comparativas perdeu poder persuasivo, tem sido a proposta de crescimento com poupança externa, que aprecia as taxas de câmbio dos países que a aceitam e os desorganiza financeiramente. Mais amplamente, os países ricos transformaram um fenômeno real que é a globalização em uma ideologia contrária à idéia de nação nos países em desenvolvimento: o ‘globalismo’. Segundo essa ideologia, a globalização implica aumento da interdependência entre os Estados-nação; eles perdem autonomia para fazer políticas econômicas, e assim a própria idéia de nação perde relevância:

agora viveríamos em um mundo sem fronteiras no qual as empresas multinacionais são o principal agente de racionalidade e crescimento. O equívoco do raciocínio, entretanto, é evidente. De fato os países se tornaram mais interdependentes e perderam parte de sua autonomia na definição de políticas, mas a interdependência não decorreu da cooperação, mas da competição, de forma que a autonomia nacional é hoje mais estratégica do que em qualquer outro tempo para que a nação logre continuar a se desenvolver. Os Estados-nação são hoje mais relevantes do que nunca, porque eles são o instrumento de ação coletiva de que dispõem as nações para competirem internacionalmente. O pensamento hegemônico afirma a irrelevância das nações, mas o globalismo é apenas uma estratégia das nações mais fortes e mais ricas para neutralizar os adversários que buscam o *catch up* no quadro da competição global que é o desenvolvimento econômico. Essa tarefa que jamais é plenamente consciente por parte dos países ricos que, por serem democráticos rejeitam pensamentos únicos, não obstante, se expressa como pensamento ideológico hegemônico. Um pensamento que eu denomino ‘ortodoxia convencional’ – o conjunto de diagnósticos, recomendações de reformas, e pressões que os países ricos fazem aos países em desenvolvimento, seus competidores. Entre suas reformas propostas, a mais prejudicial aos países em desenvolvimento é a da abertura financeira acompanhada pela política de crescimento com poupança externa. A ortodoxia convencional ignora que o desenvolvimento no capitalismo global se caracterizaria por uma competição generalizada entre os Estados-nação por maiores taxas de crescimento – e principalmente entre os países ricos e os países de renda média que dispõem de mão-de-obra barata. Ao invés salienta que é uma competição entre os próprios países em desenvolvimento para lograr a confiança e a poupança dos países ricos. Nessa competição, os países deveriam se dedicar ao *confidence building* – a adoção de todas as reformas que lhes são propostas pelas agências internacionais em Washington.

A ortodoxia convencional que parecia irresistível nos anos 1990, quando a hegemonia ideológica americana chegou ao zênite em seguida ao colapso da União Soviética, revela-se nos últimos anos cada vez mais precária. Os países que mais êxito tem no alcance são exatamente aqueles que não seguem suas recomendações – que realizam suas revoluções capitalistas a seu modo e, principalmente, mantendo o controle sobre sua taxa de câmbio. Para isso, para impedir a apreciação de suas taxas de câmbio, crescem com despoupança externa

acumulando grandes reservas internacionais. Em outras palavras, os países ricos, solidários entre si na medida em que sua mão-de-obra é relativamente cara, são mais bem sucedidos na América Latina e na África, onde predomina o desenvolvimento nacional-dependente, do que na Ásia, onde domina o desenvolvimento autônomo.

A existência de competição regular implica sempre cooperação. A existência da competição global não impede, portanto, que os Estados-nação cooperem, principalmente através das Nações Unidas, na formulação de regras da competição internacional, como também não impede que objetivos universais de paz e respeito aos direitos humanos e ambientais sejam buscados. Entretanto, há indicações de que, nos anos 2000, essa cooperação deixou de ser submissão por ocasião do fechamento das negociações da Rodada do Uruguai ao nível da Organização Mundial do Comércio, quando as regras definidas limitaram o espaço de políticas dos países em desenvolvimento.

1.1.1.4 Instituições, cultura e estrutura

Na medida em que o desenvolvimento implica mudanças na estrutura, na cultura e nas instituições da sociedade, é impossível analisá-lo apenas do ponto de vista econômico. O desenvolvimento econômico está sempre associado a transformações no nível mais estável da sociedade, que é o estrutural, porque a tecnologia é o fator dinâmico por excelência, porque as formas de propriedade estão sempre evoluindo, porque as classes e demais grupos sociais estão sempre em processo de mudança. Está associado também a mudanças culturais, principalmente às ideológicas que refletem os interesses dos diversos grupos sociais em conflito e cooperação. E está ligado a um permanente processo de mudança das instituições, que às vezes antecipam as transformações nos outros níveis, muitas vezes lhes servem de obstáculo, ou então simplesmente buscam dar conta das mudanças estruturais e culturais já ocorridas.

Na medida, entretanto, que com o capitalismo e com o Estado democrático, a política passou a se constituir na forma através da qual as sociedades modernas buscam seus objetivos comuns, os debates no plano da cultura ou das idéias, e a implementação das suas conclusões na forma de instituições que expressem os objetivos sociais, passaram a ter uma importância fundamental. Nas sociedades pré-capitalistas, com a famosa exceção da Grécia, não havia

propriamente política, porque regimes autoritários lhe são inerentemente incompatíveis. A política só surge realmente quando as sociedades se dão conta de que podem ser senhoras de seu destino usando como instrumento de ação coletiva seu Estado, como seus agentes os governantes, e como forma de realização, a definição de normas ou instituições que coordenem as ações de todos.

A literatura clássica sobre desenvolvimento econômico, desde Smith e principalmente de Marx, sempre deu maior atenção às instituições que lhe servem de obstáculo, provavelmente porque estavam pensando em instituições pré-capitalistas impedindo a revolução capitalista. Entretanto, desde os anos 1940, quando a moderna teoria econômica do desenvolvimento afinal se definiu, foi ficando claro que instituições ‘positivas’, que facilitem o processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico, são fundamentais para o desenvolvimento econômico; que a nação, usando seu instrumento por excelência de ação coletiva que é o Estado, logra desenhar formal e informalmente a instituição-chave de qualquer processo de desenvolvimento econômico: uma estratégia nacional de desenvolvimento. O papel positivo das instituições no desenvolvimento econômico é o de garantir a ordem pública ou a estabilidade política, o bom funcionamento do mercado, e, principalmente, boas oportunidades de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar. Não obstante, a teoria econômica neoclássica as ignorava, até que Coase (1937, 1960) logrou explicá-las através de um modelo hipotético dedutivo que pouco acrescentava a seu entendimento, mas que as tornava consistente com o modelo neoclássico mais geral. Douglass North (1991), valendo-se de sua condição de historiador econômico e de ex-marxista, estendeu essa análise para o desenvolvimento econômico, concluindo, de forma neoliberal, que o desenvolvimento econômico aconteceria coordenado pelo mercado sempre que as instituições do país garantissem a propriedade e os contratos. Estávamos diante de um reducionismo ideológico radical. Na verdade, as instituições podem ter um papel decisivo em viabilizar e acelerar o desenvolvimento econômico, mas isto só ocorre historicamente quando os diversos setores sociais se constituem em nação e, usando seu governo e seu Estado, tornam-se capazes de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento (Bresser-Pereira, 2006). Uma estratégia nacional de desenvolvimento não é outra coisa senão uma instituição ou conjunto de normas, políticas e objetivos compartilhados,

que orientam o comportamento dos agentes econômicos, estimulando o trabalho e o investimento inovador. Para isso, é necessário que o Estado, na sua qualidade de instituição maior e matriz das demais instituições, seja forte: tenha legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei. Não é necessário que seja ‘grande’, mas não poderá ser ‘pequeno’ porque se o for não terá os meios necessários para garantir essa legitimidade. Quando falo em tamanho do Estado, ou, mais precisamente, do aparelho do Estado, estou falando de carga tributária em relação ao PIB. Os Estados Unidos, por exemplo, são exemplo de Estado forte cujo tamanho, em termos de carga tributária, é médio (30% do PIB). Já a França e a Suécia, com cargas tributárias respectivamente de 45 e 55% do PIB aproximadamente, são exemplos de Estados fortes e grandes. O tamanho do aparelho do Estado, portanto, não garante sua força. O Brasil é um país que tem um Estado grande em termos de carga tributária, especialmente se consideramos seu nível de renda *per capita*, mas cuja força é apenas média. Para que um Estado democrático seja realmente forte é necessário que sua ordem jurídica seja estável e dotada de legitimidade, ou seja, apoiada na nação. Nas sociedades modernas essa estabilidade e essa legitimidade dependem de uma razoável homogeneidade da sociedade nacional, e de instituições que reflitam o estágio de desenvolvimento e os objetivos dessa sociedade. E se expressam na capacidade do Estado de impor a lei e cobrar impostos em nível suficiente para prover os serviços sociais considerados direitos de cidadania. Construir sociedades homogêneas, sem grandes desigualdades, e Estados fortes, estáveis politicamente e dotados de legitimidade, é essencial para o desenvolvimento econômico, e é um desafio que as sociedades democráticas modernas enfrentam. Como o reconheceu Francis Fukuyama (2004), um crítico insuspeito, o neoliberalismo, com sua ênfase na redução do tamanho do Estado e na coordenação exclusiva pelo mercado, enfraqueceu o Estado ao invés de fortalecê-lo, como seria necessário para que houvesse segurança e desenvolvimento econômico.⁴

⁴ Fukuyama, conhecido por seu nacionalismo e por sua visão conservadora e neoliberal, analisou principalmente a fraqueza dos Estados nacionais na África e no Oriente Médio, que se constituem em uma ameaça para os países ricos como fontes de doenças e de terrorismo. Significativamente, ele não se preocupa com a força dos países de renda média, porque esses ameaçam os países ricos de outra maneira: com sua mão-de-obra barata.

Em conclusão, o desenvolvimento econômico é um processo histórico de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico; é um processo de aumento da produtividade e dos salários, decorrente da necessidade de mão-de-obra cada vez mais qualificada e com maior custo de reprodução social. O desenvolvimento econômico continua fundamental para os países que competem na arena internacional, porque dele depende a melhoria dos padrões de vida das populações; porque, além de ser um fenômeno histórico, é um dos cinco grandes objetivos políticos a que se propõem as sociedades nacionais modernas, ao lado da segurança, da liberdade, da justiça social, e da proteção do ambiente. É um objetivo fundamental, que fortalece os outros quatro no médio prazo – os países mais desenvolvidos gozam de mais segurança, de mais liberdade, de mais justiça, e protegem melhor sua natureza –, mas um objetivo que terá que ser permanentemente submetido a compromissos ou ao princípio da razoabilidade em vista de conflitos percebidos ou reais de curto prazo. É um objetivo que explica grande parte do comportamento dos Estados-nação na era da globalização – o estágio do capitalismo no qual lograr o desenvolvimento econômico é entendido como vencer ou ser bem sucedido na competição global. O desenvolvimento econômico, finalmente, é um sinal de êxito na competição global entre as nações. Felizmente elas já não se ameaçam com guerras, mas, através de suas empresas, competem firmemente na arena internacional, já que nas democracias modernas o critério principal de sucesso dos governantes é o de saírem-se bem nessa competição. Dado isso, o desenvolvimento econômico é sempre o resultado de uma estratégia nacional de desenvolvimento, é o resultado de nações fortes que se mostram capazes de criar Estados fortes para serem seu instrumento de ação coletiva. As nações, por sua vez, só se constituem e se mantêm fortes e vivas se forem produto de um acordo nacional constantemente renovado. Se o contrato social que as une internamente não for suficientemente sólido, se as classes sociais que as constituem não mantiverem um vínculo de solidariedade básico quando se trata de competir internacionalmente, não serão verdadeiras nações, e o respectivo país ficará muito mais vulnerável ao pensamento hegemônico vindo do Norte. As classes sociais que constituem a nação podem estar em permanente conflito, mas sabem que, quando se trata de combater o inimigo, ou de competir com o adversário externo, a solidariedade nacional prevalece. Uma nação não se define por uma língua comum, por uma religião comum, nem mesmo por uma raça comum, mas

se define pelo compartilhamento de um destino que também é sempre um projeto de desenvolvimento econômico, social, ambiental e político.

1.1.1.5 Referências

Balakrishnan, Gopal e Benedict Anderson, orgs. (2000) *Um Mapa da Questão Nacional*. Editora Contraponto.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1986) *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2002) “Financiamento para o subdesenvolvimento: o Brasil e o Segundo Consenso de Washington”. In Ana Célia Castro, org. *Desenvolvimento em Debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro I*, vol. 2, Rio de Janeiro, Mauad/BNDES, 2002: 359-398.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2004) “Growth and distribution: a revised classical model”. Trabalho apresentado à conferência “Economic Growth and Distribution: On the Nature and Causes of the Wealth of Nations”, Lucca, 16-18 de junho; disponível em www.bresserpereira.org.br.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2005) “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência”. In Toledo, Caio Navarro de, org. (2005) *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Editora Revan: 201-232.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2006) “National development strategy: the key economic growth institution”. Trabalho apresentado ao

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2007c) “Doença holandesa e desenvolvimento econômico”. EESP/FGV. Disponível em www.bresserpereira.org.br.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2007b) “Desenvolvimento e Crescimento Econômico”. EESP/FGV. Disponível em www.bresserpereira.org.br.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Paulo Gala (2007) “Por que a poupança externa não promove o crescimento”. *Revista de Economia Política* 27 (1): janeiro: 3-19.

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos & Yoshiaki Nakano (2003) “Crescimento econômico com poupança externa?” *Revista de Economia Política* 22(2) abril 2003: 3-27.
- Coase, Ronald H. (1937 [1988]) “The nature of the firm”. In Ronald H. Coase (1988): 33-56.
- Coase, Ronald H. (1960 [1988]) “The problem of social cost”. In Ronald H. Coase (1988): 95-156.
- Coase, Ronald H. (1988) *The Firm, the Market, and the Law*. Chicago: Chicago University Press.
- Gala, Paulo (2006) *Política Cambial e Macroeconomia do Desenvolvimento*. São Paulo: Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Tese de doutorado, maio 2006.
- Fukuyama, Francis (2004) *Construção de Estados*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- Furtado, Celso (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Gellner, Ernest ([1993]2000) “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In G. Balakrishnan e B. Anderson, orgs. (2000): 107-134.
- Gerschenkron, Alexander (1962) *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*. New York, Praeger.
- Landes, David S. (1999) *The Wealth and Poverty of Nations*. New York: W. W. Norton.
- North, Douglas C. (1991) “Institutions”. *Journal of Economic Perspectives*, 5(1) Inverno 1991, 97-112.
- Polanyi, Karl (1944) *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 1957. First edition, 1944.
- Schumpeter, Joseph A. ([1911] 1961) *The Development Economics*. Oxford: Oxford University Press, 1961.
- Souza Santos, Boaventura (2004) “Puó il diritto essere emancipatorio?” “Una riflessione teorica”. *Democrazia y Diritto* 42(1) 2004: 25-55.